

# Um longo caminho a ser percorrido

Com regras e leis atuais, Brasil precisa ampliar universo de empresas auditadas e transparentes nas informações



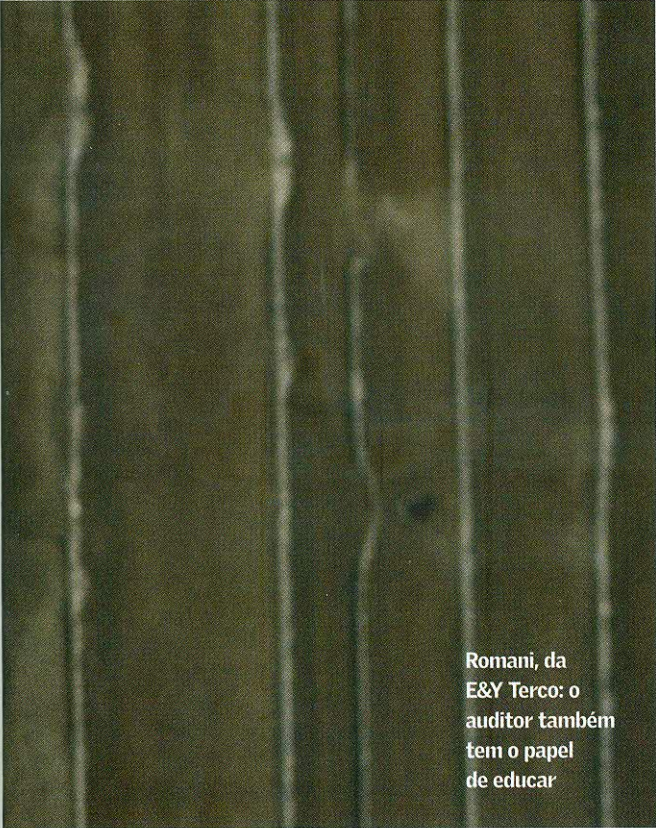
A evolução das regras de governança no Brasil vem ocorrendo ao mesmo tempo em que o papel do auditor independente também se transforma e ganha relevância. As auditorias são responsáveis por validar a consistência contábil e checar a solidez dos controles internos da empresa. Nesse aspecto, o desafio que o país tem pela frente é muito mais quantitativo do que qualitativo. Dos 5,12 milhões de companhias em operação, apenas 651 publicam seus balanços. O Brasil terminou o ano de 2012 com 353 empresas listadas em bolsa e ocupa o 23º lugar no ranking global elaborado pelo Banco Mundial, apesar de o país ser o sétimo maior PIB do mundo. Em número de empresas auditadas, o Brasil está atrás da Argentina, México e Chile, segundo pesquisa feita por Charles Holland, diretor-executivo da Associação Nacional dos

Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) e conselheiro da Totvs e Gol. “Quanto mais auditado for o país, mais ético ele é. Quanto menos for, mais penalizado ele é em termos de transparência”, afirma Holland.

Seu estudo mostra a relação auditor versus habitantes ao redor do mundo. A Holanda é o país que exibe um dos melhores índices: um auditor para cada 899 pessoas; na Inglaterra há um auditor para cada 1,1 mil habitantes; nos EUA, um para cada 2,1 mil pessoas; e no Brasil, nada menos do que um auditor para cada 20 mil brasileiros. São 10 mil auditores independentes e 112 empresas de auditorias cadastradas no Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). As quatro maiores auditorias – PwC, Ernst & Young Terco, KPMG e Deloitte – concentram 65% do mercado brasileiro.

O que explica esse descompasso é que a grande maioria das pequenas e médias empresas (PMEs) no Brasil não é auditada e, segundo ele, nem sequer sabem o que significa o termo governança corporativa. “Tem muito empreendedor de médio porte que está crescendo bastante, mas que só vê a necessidade de auditar a sua empresa quando recebe pressão externa, seja de um investidor, banco, private equity ou mesmo para abrir capital da bolsa”, afirma Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon. Ele lembra que o processo de acerto dos controles contábil e fiscal de uma empresa para adoção de práticas de governança geralmente é longo e costuma demandar de dois a três anos até o primeiro balanço publicado.

A publicação da Lei 11.638, de 2008, ampliou o leque de empresas, agora consideradas grandes,



Romani, da E&Y Terco: o auditor também tem o papel de educar

que terão que apresentar seus balanços segundo as normas internacionais de contabilidade e validá-los por meio de auditoria externa. A lei é considerada um marco importante para impulsionar o processo de governança no país. Ela alçou o Brasil a um padrão internacional, ao determinar que empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões por ano, ou cujos ativos totais estejam acima de R\$ 240 milhões, se enquadrem aos parâmetros globais contábeis. O que trouxe para o universo da transparência financeira mais 2.466 empresas, segundo Felipe Aquino de Moura, auditor fiscal da Receita Federal.

“O problema é que muitas dessas empresas não sabem da existência da lei. Como não há punição e nem obrigação da publicação dos balanços, há um grande contingente que passa ao largo da exigência. Dessa forma, o papel do auditor é

também o de educar e informar os agentes de mercado”, afirma Sérgio Romani, líder em auditoria da Ernst & Young Terco.

A qualidade das informações divulgadas nos balanços, as orientações dos agentes de mercado e a maior discussão sobre o tema têm colaborado para o esclarecimento das empresas. Falar sobre a importância do papel do auditor pode estar distante da realidade de alguns, mas já não parece algo tão obscuro assim. O próprio trabalho do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), na opinião dos auditores, melhorou muito nos últimos anos e está mais maduro. “Hoje o IBGC forma conselheiros, ajuda na estruturação dos comitês, o que torna o trabalho de todos os envolvidos nesses processos mais profissionalizado”, afirma Charles Kriek, líder em auditoria da KPMG Brasil.

A adoção do padrão internacio-

nal de contabilidade, o International Financial Reporting Standards (IFRS), desde 2010, e sua adaptação por meio dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) colocaram o Brasil em um patamar global de adoção das normas, à frente de todos os seus pares em desenvolvimento. Essas normas servem para dar mais transparência e criar um grau de comparabilidade entre as demonstrações publicadas aqui e em qualquer outra parte do mundo. Para as multinacionais que comercializam seus produtos em outros países e têm ações negociadas em bolsas estrangeiras, a adoção de um padrão contábil único torna mais transparente a atuação em outros mercados.

Tudo começou com a lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX), de 2002, que foi o pontapé inicial norteador do papel do auditor no mundo. “A SOX criou novos padrões e responsabilidades para as empresas de capital aberto, tornando obrigatória a criação dos comitês de auditorias e conselhos de administração e definiu melhor o papel dos auditores independentes”, avalia Henrique Luz, líder de clientes e mercados da PwC Brasil.

“Ela passou a exigir que o auditor manifeste em relatórios as fragilidades dos controles internos da empresa nos níveis I, II e Novo Mercado e recomende alterações. Essa é a segunda etapa mais importante do auditor externo”, afirma Carlos Biedermann, conselheiro de administração do IBGC. “Se o auditor falha, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vai julgar e apontar dúvidas sobre o parecer que ele emituiu”, complementa.

Os EUA contam também com uma espécie de fiscal permanente do auditor, o Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), criado pela SOX em 2002, para fiscalizar o trabalho dos auditores e proteger os interesses dos investidores contra possíveis informações erradas publicadas nos balanços das empresas. O Brasil não tem nada parecido com o PCAOB, mas



**Pocetti, do Ibracon: falta ampliar fatia de PMEs com auditoria**

a CVM tem imposto regras cada vez mais rigorosas para tornar clara a publicação financeira e os informes ao mercado no intuito de dar mais transparência às informações que chegam ao investidor.

Se o auditor emite parecer com ressalvas indicando, por exemplo, que a empresa deixou de registrar um passivo importante, a CVM chama a empresa e pede para que ela faça os ajustes indicados. “O que a CVM almeja é um parecer limpo. Sem ressalvas”, afirma Romani, da E&Y Terco.

Grosso modo, existe uma fórmula que os auditores usam para fazer a conferência contábil da empresa. “É por meio dos critérios de relevância e materialidade, sistemas de cálculos e avaliações sobre receita, patrimônio, riscos e resultados, sempre por amostragem, que se avalia a consistência financeira da empresa”, afirma Birdermann, do IBGC.

Em uma estrutura ideal de governança, o auditor externo se re-

porta ao conselho de administração ou ao comitê de auditoria interno. Quando não há nem conselho, nem comitê, o auditor terá que se reportar direto aos acionistas. “O objetivo de seu trabalho é a transparência dos números do balanço por meio das checagens dos sistemas estruturados dos controles internos. Se não estiverem funcionando perfeitamente, emitimos as cartas de recomendações”, afirma Luz, da PwC Brasil. É papel do conselho e do comitê de auditoria, por sua vez, cobrar que as recomendações do auditor independente sejam absorvidas.

Os próprios auditores, no entanto, se ressentem da falta de critérios de obrigatoriedade e punições previstas na Lei 11.638. “O regulador precisa impor isso. Claro que todos nós preferimos que o mercado amadureça por si e não pelas mãos do regulador, pois isso agrega mais valor ao acionista. Mas, nesse caso, o rigor de algumas regras é neces-

sário”, afirma Pocetti, do Ibracon. Outro ponto de melhoria poderia vir pelas instituições financeiras. “Os bancos poderiam ser mais rigorosos na concessão do crédito às empresas, exigindo que apresentem seus balanços auditados. Deveriam acompanhar principalmente o fluxo de caixa em relação aos recebíveis das empresas”, afirma Kriek, da KPMG.

Apesar de serem unânimes e contra o rodízio de auditorias, o fato é que, em curto prazo de tempo, a nova determinação da CVM já tem provocado pequenas mudanças no tabuleiro desse mercado. Se antes da adoção da obrigatoriedade do rodízio as quatro maiores concentravam 73% do total das empresas abertas auditadas, menos de um ano depois (ao final de 2012), essa concentração caiu para 65%, abrindo espaço para empresas de auditorias menores.

Pela nova regra, a cada cinco ou dez anos (para as companhias

que têm seus comitês de auditorias interno), as empresas de capital aberto têm que mudar a auditoria externa que valida seus balanços financeiros. No entendimento da CVM, a troca periódica do auditor serve como medida para garantir a independência no trabalho, uma vez que quem contrata o serviço é a empresa que tem o balanço auditado. No entanto, os auditores contestam. “Isso só existe no Brasil, na Itália e na Lituânia”, afirma Luz, da PwC. “O que está determinado, nós vamos cumprir, só não entendo em que o rodízio melhora a governança das empresas ou como pode tornar o processo mais transparente”, afirma Kriek, da KPMG.

Mesmo descontentes em relação às determinações da CVM, que devem mexer com os resultados do ano fiscal de 2013, as receitas das “big four” de auditoria avançaram para todas elas no ano fiscal encerrado em junho de 2012. Isso porque, além de receberem pelos serviços de contabilidade, elas ganham também com consultorias especializadas na parte tributárias, transações corporativas e estratégias de negócios. A PwC, que conta com 182 sócios, dos quais 70 só em auditoria, diz que passou a marca de R\$ 1 bilhão em receita no Brasil, um crescimento de 15% sobre o período anterior. A E&Y Terco, com 175 sócios, e 78 em auditoria, avançou 24% e fechou seu faturamento em R\$ 904 milhões. A KPMG, que tem 160 sócios, sendo 80 só em auditoria, faturou R\$ 819 milhões, 24% mais do que o ano anterior. E a Deloitte contabilizou R\$ 932 milhões de receita, 10% mais do que o ano anterior, e possui 150 sócios (a empresa não revela quantos se dedicam só à auditoria por uma questão estratégica) em todo o país.

Mesmo com tantos processos estabelecidos, controles de risco contábil, comitês, conselhos, auditorias interna e externas, com alguma frequência ocorrem os chamados “escândalos contábeis”. Por mais que eles não sejam representativos do todo – e que as auditorias não

gostem do assunto –, quando acontecem, causam estragos imensos nas empresas que quebram (ou quase isso), no bolso dos investidores e acionistas e nos consumidores ou correntistas da companhia que quebrou e, em quase todos os casos, esses escândalos arranham a credibilidade da empresa que a auditou.

Em relação a esse tema, os auditores são unânimes: “Não somos caçadores de fraudes, e trabalhamos por amostragem. No Brasil, os auditores devem emitir de 10 mil a 15 mil relatórios de auditoria por ano. Quando sai um errado, vira escândalo. A história mostra que em muitos escândalos houve crime contra o processo de auditoria”, afirma Henrique Luz, da PwC. “O auditor é vítima desse processo. Claro que ele testa os controles e amostras, mas ele não tem acesso a tudo. O auditor parte do princípio de que as informações que lhe estão sendo passadas são verdadeiras”, afirma Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon. “Não dá para falar em falha

única no processo. Hoje os contratos de compra e venda são bem mais complexos, o que dá grande margem de manipulação, sem que, muitas vezes, o auditor externo possa acompanhar”, diz José Domingos Prado, da Deloitte. “Ninguém divulga a quantidade de ressalvas que fazemos para melhorar os controles de risco ou mesmo impedir que falhas aconteçam. Mas quando ocorre um erro...”, conclui Sérgio Romani, da E&Y Terco. “Quando há conluio dentro da empresa, fica difícil o auditor saber, pois as informações ficam camufladas”, diz Carlos Birdermann, do IBGC. “Esporadicamente há um ou outro escândalo contábil, mas essa é a menor parte do todo”, observa Charles Kriek, da KPMG.

Na opinião dos auditores, os problemas acontecem justamente quando a estrutura de governança da empresa é fraca. Pois nesses casos aumentam as possibilidades de erros em transações sofisticadas que podem gerar um rombo contábil de bilhões.

**Luz, da PwC: em muitos casos de fraudes houve crime contra a ação da auditoria**



ANA PAULA PAIVA / VALOR

# Obrigação de ter mais controle no balanço

Para crescer, pequenas e m dias empresas precisam contratar auditoria, mas o custo ainda   barreira

As pequenas e m dias empresas (PMEs) brilham com intensidade no radar das auditorias, pois representam um dos nichos que devem apresentar forte crescimento nos próximos anos. A leitura é que o mercado cada vez mais impõe suas regras de governança para operaes que vão desde a tomada de crédito em um banco de fomento, como o BNDES, até o acesso a investidores mais qualificados, como os fundos de private equity, ou mesmo para participar de processos de licitao, fusão e aquisio, onde o comprador exige conhecer melhor a empresa   qual pretende se unir.

Governança, no entanto, requer investimento. E a percepo das PMEs   que esse é um mundo muito distante do seu. Pesquisa feita no final do ano passado pela International Business Report (IBR), da Grant Thornton International, com 3 mil empresas públicas e privadas, reflete esse sentimento. A grande maioria dos pequenos e médios empresários brasileiros (87%) acredita que é preciso ter maior diversidade no mercado de auditoria, percentual acima da m dia global de 68,5%. Como o mercado de auditoria é concentrado entre grandes empresas estrangeiras, o médio empresário reluta em procurar serviços especializados, pois imagina que são inacessíveis ou que essas empresas falam uma linguagem muito distante da deles.

“As empresas que querem cres-

cer estão sendo quase que empurradas para obter governança. Acredito que o grande desafio para os empreendedores, aliado à sensao de que a auditoria é um serviço caro,   entender como esse tipo de serviço pode ajudá-los no seu processo de crescimento”, diz Paulo Sérgio Dortas, managing partner da Grant Thornton Brasil.

De fato, os custos podem ser salgados, mas, devido à menor complexidade estrutural e baixo fluxo de caixa, o preço homem/hora praticado pelas auditorias costuma ser bem menor para as PMEs. Os descontos variam de 30% a 50%, e há quem cobre bem menos do que isso. Segundo Eduardo Pocetti, presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), em m dia, as quatro maiores empresas de auditorias (Ernst & Young Terco, KPMG, PwC e Deloitte) cobram entre R\$ 150 e R\$ 200 a hora trabalhada nas companhias abertas. Esses valores podem ficar em torno de R\$ 300, podendo chegar a R\$ 500 dependendo da complexidade da empresa.

Não é, portanto, economicamente viável tentar impor o mesmo modelo de governança de uma grande empresa em uma PME sob o risco de ela não ter caixa para pagar. É preciso estabelecer princípios múltiplos de atribuio de funo e adapt -los a elas. O manto da governança, nesse caso, tem de ser distinto. Os três principais pilares a serem ajustados logo de cara



nas PMEs são as partes tributária, contábil e os processos internos. Até o International Financial Reporting Standards (IFRS), norma internacional de contabilidade adotada pelo Brasil desde 2010, possui uma versão mais simplificada para as PMEs, com 300 páginas, ante 3 mil do original.

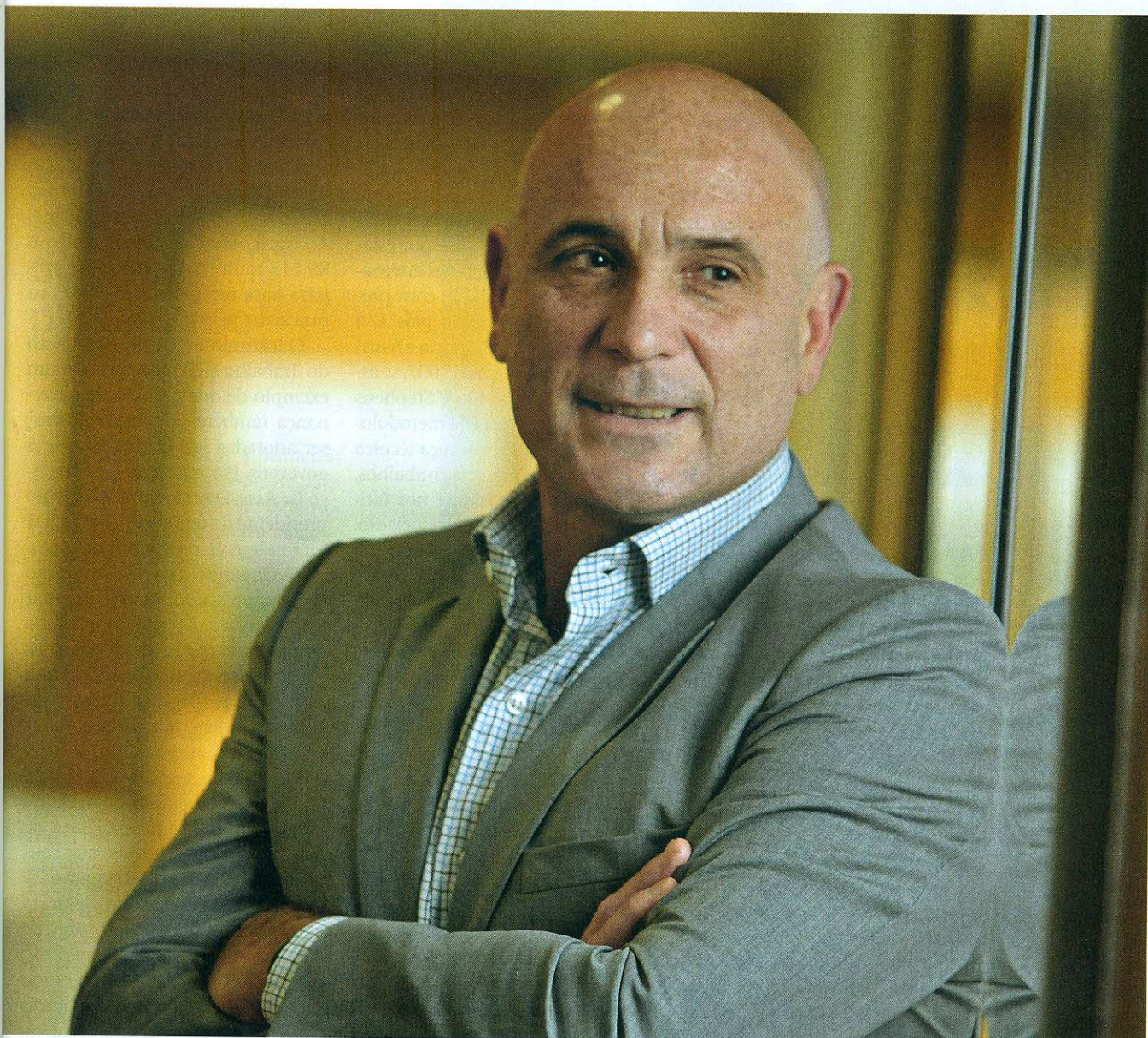
A questão financeira pesa, mas a auditoria não pode ser vista como despesa, na opinião do Ibracon.

“Sua presença é fundamental para estruturar melhor os processos das empresas menores”, diz Adriano Roberto Legnari Faria, diretor de auditoria de pequenas e médias empresas do instituto. Ele estima que mais de 80% das PMEs não sejam auditadas no Brasil hoje e atribui isso em parte ao desconhecimento de seus benefícios, e também porque não conseguem arcar com os seus custos. “As auditorias

brasileiras de menor porte cobram entre R\$ 90 e R\$ 120 a hora de seus profissionais. Já as estrangeiras, excetuando as “big four”, praticam preços que variam de R\$ 120 a R\$ 180”, admite Farias.

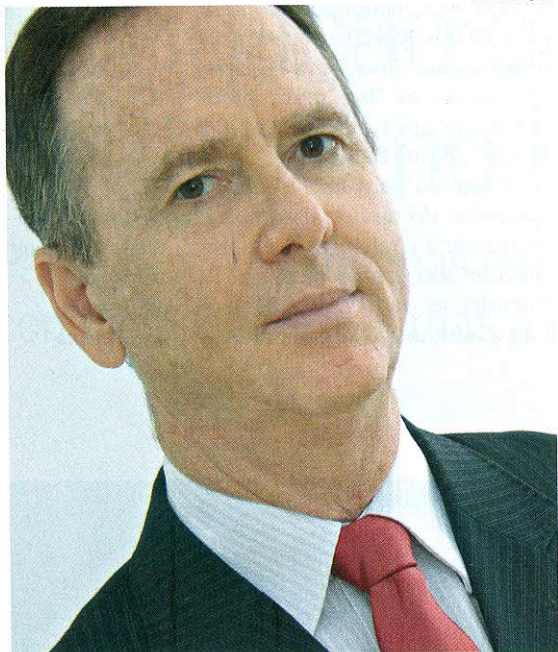
O segredo para quem quer se aproximar do mundo das PMEs é conquistar a confiança do empreendedor aos poucos para fazê-lo entender as vantagens que terá com a adoção das novas práticas.

**Dortas, da Grant Thornton: serviço ajuda processo de crescimento**



RÉGIS FILHO / VALOR

DIVULGAÇÃO



**Legnari, do Ibracon: 80% das PMEs no Brasil não são auditadas**

A ideia é oferecer atendimento mais personalizado e próximo de seus objetivos. “Nós temos condição de acompanhar atentamente o processo de crescimento das PMEs e alertá-las sobre a necessidade de ajustes dos controles internos para que estejam com a contabilidade pronta para aproveitar as oportunidades de mercado”, afirma Dortas. De acordo com o mapeamento que fez, as empresas que estão crescendo mais fortemente nos mercados em que estão inseridas são aquelas ligadas à infraestrutura, varejo, construção, serviços e saúde.

Pode-se dizer que a disputa por esse segmento será cada vez maior. Apesar de concentradas nas empresas chamadas CVM (que publicam seus balanços no site da Comissão de Valores Mobiliários), as “big four” estão de olho nas PMEs. Mas nesse nicho elas terão que disputar com uma centena de empresas de auditorias menores, mas bem articuladas e próximas de seus clientes.

A Invest Consult, de Vitória (ES), é uma delas. Com um volume de quatro auditorias realizadas em 2012 e com planos de triplicar a receita de R\$ 90 mil já em 2013, Paulo Francisco Contilho, sócio-presidente da firma, vê o maior

rigor da Receita Federal no cruzamento de dados tributários como um aliado. “Soma-se a isso, a visão do empreendedor e sua vontade de crescer que está mais apurada”, afirma. Um dos fatores inibidores de um maior crescimento, em sua visão, é a dificuldade em se encontrar mão de obra qualificada no mercado. “Outro fator é a forte concorrência não só com as grandes de auditoria, mas também com as pequenas. O que define, muitas vezes, é o menor preço versus atendimento diferenciado.”

Na avaliação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o Brasil tem excelentes empresas de auditoria de médio porte que investem em tecnologia e capacitação de seus profissionais. “Elas nunca podem abrir mão desse tipo de investimento”, avalia Carlos Birdermann, conselheiro de administração do IBGC.

Há aquelas que optam por estabelecer parcerias com redes internacionais de contabilidade com presença ainda pequena no país. É o caso da Controller Auditoria e Assistência Contábil, que, em 2007, se associou à britânica Moore Stephens para poder utilizar a sua metodologia e obter maior segurança técnica e padronização de seus trabalhos. “Temos crescido bastante nos últimos anos depois dessa associação. Mantivemos a independência de atuação de nossos negócios no país, e dividimos experiência de mercado local com eles”, afirma Moisés Gomes, sócio da auditoria cearense que existe há 25 anos e faturou, só com os serviços de auditoria, R\$ 770 mil em 2012. Dos 40 clientes da Controller, 90% são PMEs, com faturamento médio de R\$ 50 milhões por ano.

Encontrar um auditor externo ainda é um desafio para as pequenas empresas. A orientação do IBGC é buscar informações na Comissão de Valores Imobiliários (CVM), que fiscaliza todas essas companhias, e no Ibracon, que oferece todos os treinamentos obrigatórios ao exercício da profissão. Também é recomendável pedir referência a outros clientes

para saber da qualidade dos serviços e dos profissionais da auditoria.

A Agrícola Panorama, empresa de distribuição de produtos agrícolas, de Maracaju, Mato Grosso do Sul, com 24 anos de existência e mais de 700 clientes PMEs, começou a estruturar sua governança por exigência de seu único cliente de grande porte, a Syngenta. “Comecei a participar de cursos e vi que poderia melhorar meus processos e controles internos para crescer e até preparar a minha sucessão”, afirma Alair Ribeiro Fernandes, CEO e fundador da Agrícola, que contratou a Grant Thornton há um ano e meio para ajudá-la nessa tarefa.

“Devemos finalizar a primeira etapa da governança agora em junho. Em seguida, vamos estabelecer os comitês de auditoria e de administração além do conselho administrativo e publicaremos nosso balanço financeiro”, afirma. A Agrícola Panorama faturou R\$ 115 milhões em 2012 e se prepara para receber recursos de um fundo de private equity.

O Instituto do Desenvolvimento do Trabalho (IDT), do Ceará, é um exemplo de que práticas de governança também podem (e devem) ser adotadas por órgãos ligados a governos. Por iniciativa de Francisco de Assis Diniz, contratado como presidente do órgão em 2007, o IDT foi totalmente reestruturado e passou a ser gerido com administração profissionalizada. “Queríamos dar transparência a todas as áreas da empresa, da gestão de pessoas aos controles contábil e fiscal”, afirma Diniz. Para auxiliá-los a auditar e validar seu balanço financeiro, o IDT contratou a Controller.

O resultado, segundo Diniz, foi o ganho de credibilidade no mercado elevando o índice de eficiência de recolocação das pessoas nos seus postos de trabalho de 40% para 65%. O número de pessoas que passaram a procurar o serviço do IDT subiu de 970 mil para 1,28 milhão em 2012, e o instituto está sendo visto como modelo de governança para outras autarquias do governo do Ceará.